

Os Reinos Ibéricos na Idade Média

Livro de Homenagem ao Professor Doutor
Humberto Carlos Baquero Moreno

Coordenação de

Luís Adão da Fonseca
Luís Carlos Amaral
Maria Fernanda Ferreira Santos

Vol. III



FICHA TÉCNICA

Obra publicada ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre a Faculdade de Letras
da Universidade do Porto e a Livraria Civilização

Copyright © 2003 Livraria Civilização Editora

Todos os direitos reservados
1.^a edição / Setembro 2003

Fotocomposição e paginação electrónica,
impressão e acabamentos efectuados na
Companhia Editora do Minho, S. A. – Barcelos,
para Livraria Civilização Editora no mês de Maio de 2003

Depósito Legal n.º 196233/03

ISBN da colecção: 972-26-2060-6
ISBN do Vol. III: 972-26-2136-X

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO EDITORA
R. Alberto Aires de Gouveia, 27
4050-023 Porto



Ilustração da Capa: conjunto de escudos de armas do Livro do Armeiro-Mor
(séc. XVI), IAN/TT, Lisboa

Tendo em conta a grande diversidade de normas de citação
bibliográfica utilizadas pelos autores nacionais e estrangeiros, e
apesar dos esforços do grupo de coordenação no sentido de promover
a uniformização das mesmas, foi decidido respeitar-se
integralmente as opções tomadas pelos autores.
Os coordenadores aproveitam, também, para agradecer toda a generosa
colaboração dada pelas Dras. Maria Idalina Azeredo Rodrigues e
Maria Ondina do Carmo, funcionárias do Departamento de
História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na
preparação do presente Livro de Homenagem.

Bolseiros e bolsas de estudo no tempo de D. Afonso V

Maria João Oliveira e Silva *

O presente artigo resultou de um trabalho sobre a Universidade portuguesa no período medieval, realizado ao longo do ano lectivo de 2000-2001 por um grupo de alunos (Diana Cunha, Maria João Oliveira e Silva, Ricardo Brochado e Teresa Silveira) da disciplina de História Medieval de Portugal, do segundo ano da licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Na sequência das primeiras pesquisas documentais no *Chartularium Universitatis Portugalensis*, logo a Maria João sugeriu que fosse consagrado um capítulo especial aos bolseiros e às bolsas de estudo. Com o desenvolvimento da investigação este capítulo foi assumindo um lugar cada vez mais destacado, acabando por se transformar num apêndice inteiramente autónomo do restante trabalho.

Concluído o estudo tudo parecia ter terminado, e mais um trabalho escolar de inegável mérito acabaria por ser irremediavelmente *arquivado*. Aconteceu, porém, que o Professor Humberto Baquero Moreno se aposentou entretanto e, por coincidência, o último curso em que leccionou na Faculdade de Letras foi precisamente o da Maria João. Neste contexto, logo nos surgiu a ideia de incluirmos no presente Livro de Homenagem, e depois de submetido a uma indispensável revisão, o texto sobre bolseiros e bolsas de estudo. Para esta decisão convergiram três razões principais: a qualidade do trabalho, a circunstância de ter retomado e ampliado uma das primeiras investigações desenvolvidas pelo homenageado, na altura (1970) Assistente da então Universidade de Lourenço Marques, e, por último, mas não menos significativo, o facto já aludido de a Maria João integrar a derradeira licenciatura que beneficiou da docência do Professor Baquero Moreno na Faculdade de Letras.

Constitua, pois, o estudo que se segue, a justíssima homenagem de um Aluno ao seu Professor.

Luís Carlos Amaral (*Departamento de
História da Faculdade de Letras da
Universidade do Porto*)

Introdução

A concessão de subsídios com o objectivo primordial de financiar estudos tem, em Portugal, uma longa história. Já em 14 de Setembro de 1192 encontramos D. Sancho I a doar a Santa Cruz de Coimbra 400 morabitinos anuais para sustentar os religiosos do mosteiro que

* Aluna do Curso de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento à Dra. Maria Helena Osswald e ao Doutor Luís Miguel Duarte pela generosa leitura que fizeram do presente texto, bem como pelas preciosas sugestões que nos deram para poder melhorá-lo.

se deslocavam a França para estudos. Em 1380, por exemplo, D. Fernando, querendo auxiliar o franciscano Fr. Rodrigo de Sintra a prosseguir os estudos fora do reino, ordenou à Câmara de Lisboa que o subsidiasse¹. Por detrás destas iniciativas podemos adivinhar, num primeiro momento, a vontade régia de minorar as despesas inerentes à manutenção de alguns estudantes. Mas não só. Com efeito, os casos referidos revelam, também, a intenção de beneficiar determinadas pessoas a pretexto da formação académica. Assim sendo, a *novidade* não reside tanto no benefício em si, próprio de uma sociedade de privilégios como é a da Idade Média Tardia, mas no facto de esses benefícios terem como justificação o desenvolvimento ou manutenção de estudos. Seja como for, a verdade é que a concessão daquilo que modernamente designamos por bolsas de estudo teve um carácter verdadeiramente esporádico até ao reinado de D. Afonso V.

Por esta altura, já a organização política, judicial, económica, etc. se encontrava estabilizada, tendo este facto repercussões directas na política do monarca. Apesar de se continuar a querer prover o reino de funcionários bem preparados, a concessão de bolsas de estudo terá servido, segundo cremos, sobretudo como um instrumento mais de que se serviu D. Afonso V para privilegiar determinados grupos da sociedade portuguesa Quatrocentista. Esta leitura ressalta já de forma clara do trabalho que, há mais de três décadas, Humberto Baquero Moreno, dedicou a esta questão².

Com efeito, num universo de 57 bolseiros estudados, este historiador concluiu, através da identificação dos seus progenitores, que 30, ou seja, 53%, pertencem ao grupo dos *Fidalgos e Cavaleiros* e apenas 16 (28%) são assimiláveis ao *funcionalismo*³.

Ora, o nosso objectivo com o presente estudo é, precisamente, o de ampliar algumas das linhas antes desenvolvidas por Baquero Moreno. Como o próprio autor afirma, o seu trabalho não pretendeu ser exaustivo, mas apenas constituir uma amostragem significativa da política cultural do rei Africano, traduzida numa alargada concessão de bolsas de estudo, sem precedentes na História portuguesa.

A par dos elementos recolhidos por Baquero Moreno recorremos também às informações contidas na colectânea documental, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)* ⁴, e no livro, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481*, de Jorge Faro⁵.

Convirá lembrar, por último, que para o período em estudo faltam os volumes da Chancelaria régia referentes aos anos de 1447, 1448, 1449, 1457, 1458, 1460, 1461, 1465, 1470, 1474, 1477, 1478 e 1479, o que, como salienta Moreira de Sá, representa uma perda "particularmente sensível para uma apreciação exacta da política de concessão de bolsas de D. Afonso V"⁶.

¹ BRANDÃO, D. de Pinho, "Teologia, Filosofia e Direito na Diocese do Porto nos séculos XIV e XV. Alguns subsídios para o seu estudo", em, *Studium Generale. Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, vol. VII (número especial dedicado ao Infante D. Henrique), 1960, p.253-254.

² MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo*, separata da, *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, vol. III, série A, 1970.

³ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.27.

⁴ *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. V, (1446-1455), vol. VI, (1456-1470), e vol. VII, (1471-1481), 1972, 1974 e 1978.

⁵ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965. Do documento intitulado, "Despesas que El Rey fez desde a tomada de Seita para cá, que são sincoenta e oito annos", editado nesta obra (p.55-117), utilizámos apenas a parte respeitante ao, "Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo" (p.93-96), que se encontra igualmente publicada no, *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VII, 2532, p. 192-193.

⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, p.VII.

Bolseiros e bolsas de estudo

Cronologicamente estamos enquadrados no reinado de D. Afonso V, desde a regência do Infante D. Pedro até ao início da governação de D. João II (1438-1481). No entanto, verificar-se-á que as bolsas régias foram atribuídas na sua totalidade entre 1450, isto é, coincidindo com a maturidade do rei Africano, e 1475. De facto, o reinado de D. Afonso V teve nos vários aspectos económicos, sociais e políticos contornos acidentados, mas do ponto de vista cultural "encontramo-nos na presença de determinados sintomas que pré-anunciam o trânsito duma mentalidade medieval para uma mentalidade moderna"⁷. Para isto contribuiu, certamente, a própria formação do monarca, sobre a qual escreveu já Sousa Viterbo⁸, e também a sua personalidade e sensibilidade face às manifestações culturais, que, segundo se pensa, influenciaram directamente a organização da primeira biblioteca no Paço⁹.

No quadro que se publica em anexo (Quadro 3) apresentamos o conjunto de bolseiros contemplados por D. Afonso V, o valor das respectivas bolsas e, sempre que possível, a categoria social dos pais e as profissões por eles exercidas, ou seja, o conjunto de dados sobre os quais elaborámos o nosso estudo. Para este quadro, especificamente no que concerne à caracterização dos progenitores, e para além dos elementos referidos, acrescentámos outros retirados da obra de Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*¹⁰, e do, *Livro de Linhagens do séc. XVI*¹¹.

Será de salientar que a primeira referência a bolsas de estudo, contida no volume V do *Chartularium*, reporta-se a 8 de Setembro de 1446, e teve como destinatários os irmãos Antão Pires e Cristóvão. Não se enquadram estas na nossa análise porque foram apenas quitadas pelo monarca a pedido do almoxarifado da Guarda, que as provia no valor de 4 800 reais, desde 1437¹².

No conjunto o número de escolares apurados é de 86 e o total das quantias atribuídas, de acordo com os valores da primeira concessão documentada de cada beneficiado, é de 432 960 reais. O quadro seguinte baseia-se apenas em dados datados e procura estabelecer a relação entre o número de bolseiros e as quantias a eles concedidas, divididos por sete períodos de quatro anos cada, seguindo o critério de Baquero Moreno¹³.

⁷ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.7.

⁸ VITERBO, Francisco M. de Sousa, "A cultura intelectual de D. Afonso V", em, *Archivo Histórico Português*, Lisboa, vol. II, Edição de Anselmo de Braamcamp Freire, 1904, p.254-268.

⁹ VITERBO, Francisco M. de Sousa, *A Livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*, separata de, *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1901, tomo IX, parte I, p.4.

¹⁰ MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, Edição do Autor, 1973.

¹¹ *Livro de Linhagens do Século XVI*, introdução de António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

¹² *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, 1388, p.18. Veja-se, sobre este assunto, MARQUES, José, "Os Corpos Académicos e os Servidores", em, *História da Universidade em Portugal*, Coimbra/Lisboa, Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, vol. I, tomo I, (1290-1536), p.95.

¹³ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.26.

Quadro 1

Períodos	N.º de Bolseiros	%	Quantias (reais)	%
1450-1453	33	48,5	168 678	49,5
1454-1457	3	4,4	12 600	3,7
1458-1461	2	2,9	9 800	2,9
1462-1465	8	11,8	39 426	11,6
1466-1469	8	11,8	38 486	11,3
1470-1473	13	19,1	67 490	19,8
1474-1477	1	1,5	4 000	1,2
Totais	68	100	340 480	100

Os elementos que através da nossa investigação vieram ampliar os valores deste quadro, concorreram para acentuar, ainda mais, as tendências anteriormente detectadas. Assim, constatamos uma maior densidade de bolseiros no primeiro período (48,5%), verificando-se uma queda repentina no segundo e terceiro quadriénios, para logo de seguida aumentar consideravelmente mantendo uma certa regularidade até ao sexto período, decaindo novamente no último quadriénio. Ao nível das quantias dispensadas bastará referir que acompanham de perto a densidade de bolseiros na sua distribuição periódica. Fica pelo menos esclarecida uma das nossas questões: reduziria o monarca o número dos seus bolseiros para lhes poder aumentar as bolsas? A resposta aparente é não.

Para que mais certeza se obtivesse seria interessante conseguir datar todos os bolseiros referidos no "Título dos mantimentos dos moços que estão no estudo", respeitante a 1473¹⁴. Deste, temos por certo, que no dito ano, 41 moços receberam um total de 184 070 reais¹⁵, uma quantia avultada que sabemos ter sido gasta só no ano de 1473, valor bastante superior ao apresentado no quadro. Desses 41 moços apenas conseguimos datar 23, distribuindo-os pelos diferentes períodos de análise¹⁶; com os restantes 18 gastou o erário régio 92 480 reais. Não podemos precisar se estes últimos já vinham sendo contemplados ou se todos eles o foram apenas nesse ano. Tudo leva a crer, no seguimento das informações recolhidas para os outros 23 dados, que a primeira preposição seja a verdadeira: pelo menos uma parte destes escolares já deveriam ser bolseiros antes de 1473.

Este complemento de informação parece-nos precioso porque nos debatemos sempre com a falta dos livros de Chancelaria de D. Afonso V (particularmente crítica para a análise do terceiro quadriénio em que apenas resta o livro correspondente ao ano de 1459), e, consequentemente,

¹⁴ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.93-96.

¹⁵ Apesar de na contabilização do autor do documento serem 44 moços e uma despesa que ascende a 275 080 reais. Este último valor está certamente relacionado com a diferença do número de beneficiados (Idem, *Ibidem*, p.96).

¹⁶ Respectivamente: três no período de 1450-1453, um no de 1454-1457, nenhum no de 1458-1461, dois no de 1462-1465, seis no de 1466-1469, dez no de 1470-1473 e um no de 1474-1477. Refira-se que apesar do rol dos bolseiros respeitar a 1473, um dos moços registados, Afonso de Moraes, só aparece referido no *Chartularium* como bolseiro, em carta datada de 19 de Março de 1475 (vol. VII, 2600, p.275). Este facto pode explicar-se muito simplesmente pelo desaparecimento de uma primeira carta de concessão de 1473, ou anterior.

com as lacunas que esse facto acarreta. Conseguir datar os ditos 18 bolseiros (num total de 86) poder-se-á revelar fundamental para o estudo da política de concessão de bolsas no reinado de D. Afonso V.

Impõe-se agora a seguinte questão: porque terá o rei deixado de dar, ao longo dos anos, uma fatia dos seus rendimentos semelhante à dos primeiros tempos? As dificuldades económicas lideram com *certeza* a lista das razões a apontar, estas "foram assediando o reinado de D. Afonso V, à medida que os anos iam avançando, sobretudo devido à política financeira do rei, cuja extrema liberalidade lançou o país numa situação aflitiva" ¹⁷. De facto, não deixa de ser sintomático que a última bolsa tenha sido concedida a 19 de Março de 1475 ¹⁸, quando o governo do monarca se prolongou ainda por mais seis anos. Relacionamos este facto com os sucessivos empréstimos e subsídios requeridos pelo monarca ao reino, derivados das avultadas despesas resultantes dos conflitos com Castela ^ Os pedidos e empréstimos referidos foram sendo suportados pela nação, apesar de por vezes se terem ouvido vozes de discórdia. Assim se justifica que nas Cortes de Évora de 1473, os representantes do povo, discordando da tão elevada importância atribuída em bolsas aos escolares, em especial aqueles que estudavam no estrangeiro, tenham solicitado ao rei que não mais as concedesse e que revogasse inclusivamente as já atribuídas. O rei aceita esta petição não sem antes salvaguardar uma cláusula: poderia ele dar uma tença se achasse que os moços as mereciam por eles próprios ou tendo em conta o "respeito" pelos serviços de seus pais: "E quanto as que tem postas ha por bem não emnouar coussa alguua saluo nas daqueles que se não dam nem comtinoam o estudo" ²⁰. Isto é, não suspenderia as bolsas já atribuídas a não ser as daqueles que cessassem os estudos. Cumpriu o rei a sua vontade: no "Plano de Orçamento para 1478" estabeleceu que "cem mil reis dos ii centos e ii mil b centos r [202.540] reis que am os moços fidalgos no Estudo, de que alguus a que se non deve tirar e ha muitos a que se deve tirar por non serem fidalgos e por outros respeitos, e nunca se deve passar a dita copia dos cem mil reis" ²¹. Conseguimos assim afirmar, com segurança, que mesmo não tendo encontrado vestígios de novas ou renovadas cartas de concessão de bolsas, D. Afonso V não deixou de atender aos seus moços e continuou, mesmo de forma mais reduzida, a apoiá-los nos estudos.

O quadro atrás apresentado permite-nos perceber que existem diferentes densidades na distribuição das bolsas e nos quantitativos dispendidos nos diversos períodos. Não revela, no entanto, que os valores individualmente concedidos são díspares: na realidade, variam entre 14 400 e 1 800 reais ²², sendo a média de 5 050, e recebendo um grande número de bolseiros, 22 dos 86 (25,6%), a quantia de 4 800 reais. Estes dados legitimam a afirmação "de que no século XV não havia a ideia de as bolsas deverem ser quantitativamente iguais" ²³.

Todo este conjunto de números ganharia outra lógica se comparado com outros gastos e despesas do erário régio. O objectivo seria alcançar uma noção mais exacta do peso que a cultura e a educação dos súbditos tinha nas preocupações governativas de D. Afonso V ²⁴.

¹⁷ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.26.

¹⁸ *Chartularium UniversitatisPortugalensis...*, vol. VII, 2600, p.275.

¹⁹ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.26. Veja-se, também, MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p.305-312.

²⁰ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VII, p. IX-X, 2494, p.154.

²¹ FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.225-229. A citação que aqui fazemos encontra-se igualmente reproduzi da no *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VII, 2768, p.451.

²² Respectivamente: bolsas concedidas a Diogo da Cunha, em 13 de Junho de 1453, e a Martim Gomes, em 18 de Abril do mesmo ano (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, 1708, p.349-350, 1703, p.344).

²³ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, p.IX.

²⁴ Veja-se, a título de exemplo, os valores indicados no "Sumario das rendas do Rey do anno de 1473", que con templa proventos das mais diversas origens (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.82-85).

Falou-se atrás dos empréstimos que o monarca pedia frequentemente à nação para fazer face às guerras com Castela, e que esta seria uma razão para o decréscimo dos valores das bolsas. Podemos acrescentar três outros argumentos que estão interligados, e que mais directa ou indirectamente podem justificar o depauperamento do povo e, conseqüentemente, das finanças régias. São eles: crises cerealíferas, fome e peste. De facto, ao longo do reinado de D. Afonso V muitos foram os anos de crise na produção de cereais e de conseqüentes fomes: 1452/55, 1459/61, 1467/68, 1472/73 e 1475/78; assim como os de peste: 1448/52, 1456/58, 1464, 1472, 1477/81²⁵. Estes acontecimentos retraíram seguramente o crescimento económico e demográfico. A última vez que de forma clara se fez referência à crise demográfica foi nas Cortes de Lisboa de 1455; a partir daí multiplicaram-se os testemunhos da retoma populacional, como se pode verificar pelos capítulos das Cortes de Lisboa de 1459, e das de Montemor-o-Novo, de 1477²⁶.

Se considerarmos, como tudo leva a crer, que D. Afonso V utilizava a concessão de bolsas de estudo como um instrumento político para agraciar os seus vassallos, compreenderemos melhor a atribuição de uma bolsa a um judeu. De facto, o rei tinha muitos vassallos judeus, entre os quais uma "minoría de poderosos mercadores de grosso trato e banqueiros usufruía de uma preponderância que os levava à corte e os transformava em judeus cortesãos, financeiros dos soberanos e rendeiros das rendas reais"²⁷. Como refere Maria José Pimenta Ferro Tavares, o "judeu, servidor de um soberano, é sempre um homem da sua confiança (...). São eles que detêm um comportamento e uma apresentação social que os coloca acima dos outros judeus e até dos cristãos"²⁸. Assim se entende que, desejando o monarca agraciar Mestre Guedelha²⁹, seu físico, tenha concedido ao filho deste, Abraão, uma base de sustento para os seus estudos³⁰.

Neste contexto de favorecimento de homens da sua confiança e seus servidores, compreendem-se muito bem as reacções de D. Afonso V a certas petições apresentadas nas Cortes de Évora de 1473: concordou o rei com a proposta de recusar novas tenças, mas reservou-se o direito de renovar aquelas que achasse convenientes³¹. Esta salvaguarda era fundamental para sustentar a sua estratégia política, pois, sob a alçada do Estudo Geral encontravam-se moços, filhos de pessoas responsáveis por altas funções nos serviços centrais do reino, ligados ao serviço da Corte, e a instituições judiciais e administrativas do poder central ou ainda à gestão da expansão ultramarina. Assim se justifica, também, a nossa preocupação em tentar apresentar os dados relativos ao parentesco dos bolseiros régios, o que nem sempre foi possível.

Vejamos, seguidamente, o quadro que expõe a divisão dos bolseiros por categorias sociais e/ou profissões exercidas pelos seus progenitores.

²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p.21 e 30.

²⁶ *História de Portugal em Datas*, coord. de António Simões Rodrigues, Lisboa, Temas e Debates, 2000 (3.ª edição), p.70, 71 e 74.

²⁷ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, "Os judeus em Portugal", em, *História de Portugal*, dir. de José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, vol. 4, p.265.

²⁸ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982, vol. I, p.221.

²⁹ Mestre Guedelha Negro foi físico, astrólogo e rabi-mor de D. Duarte e de D. Afonso V, e seu filho, Mestre Abraão, falecido na conquista de Arzila, foi igualmente físico e rabi-mor de D. Afonso V (TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, "Os judeus em Portugal", p.262).

³⁰ Carta de 6 de Outubro de 1450 (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, 1560, p.201).

³¹ Ver nota 20.

Quadro 2

Categoria Social / Profissional dos Progenitores	N.º de Indivíduos	%
Fidalgos e Cavaleiros	39	54,1
Legistas	8	11,1
Funcionários do reino	10	13,8
Físicos	5	6,9
Diversos	2	2,7
Indeterminada	8	11,1
Totais	72	100

Fica clara a supremacia da categoria dos *Fidalgos e Cavaleiros* (54,1%), a maioria dos quais detinha responsabilidades governativas e administrativas, seguindo-se aqueles que exerciam funções na administração do reino (13,8%) e os *Legistas* (11,1%) e *Físicos* (6,9%), alguns dos quais eventualmente também *Fidalgos* e/ou *Cavaleiros*.

Ao estatuto de fidalguia está geralmente associado o dever de participar com o monarca nas campanhas militares. D. Afonso V impôs-se como rei precisamente numa batalha, a de Alfarrobeira (20 de Maio de 1449), tendo a seu lado muitos nobres fidalgos do reino. A estes terá, com certeza, tentado agraciar de várias formas. A concessão de bolsas de estudo foi seguramente uma delas. Através dos dados recolhidos por Baquero Moreno, podemos apurar que do total de 72 pais de bolseiros identificados, membros ou não da aristocracia, 27 (37,5%) estiveram ao lado de D. Afonso V. Foram eles: Dr. Pêro Lobato, João Vasques, Amadis Vasques de Sampaio, D. Duarte de Meneses, Lopo Afonso, D. Álvaro de Castro, Martim Afonso de Miranda, Dr. Rui Fernandes, Rui Galvão, Diogo Gonçalves Lobo, D. Fernando de Meneses, Dr. Pêro Esteves, Fernão de Sá, Fernão Gonçalves de Miranda, Dr. Rui Gomes de Alvarenga, D. Leonel de Lima, D. Lopo de Almada, Rui Figueira, D. Fernando Coutinho, Gomes Martins de Lemos, Gonçalo de Albuquerque, Diogo Fogaça, D. Gonçalo Vaz Coutinho, João Rodrigues Ribeiro, Álvaro de Castro, João Rodrigues Pereira e Dr. Lopo Gonçalves³².

A par da categoria social e profissional dos progenitores, alguns dos bolseiros beneficiavam já de um certo estatuto no interior da sociedade e sabemos, inclusivamente, que dois deles participaram na batalha de Alfarrobeira³³ ? embora a sua esmagadora maioria estivesse, no momento da concessão das bolsas, ainda sob a "tutela estatucional" dos pais. No *Chartularium* encontrámos referências a cinco *Moços de Câmara*, outros tantos *Moços Fidalgos*, três *Fidalgos*, dois *Criados*, um *Moço Escolar* e um *Escudeiro*.

Na sua maioria estes bolseiros não eram primogénitos e, desta forma, "impedidos de herdar os morgados e as terras da coroa que os progenitores possuíam, mais uma razão porque deviam estar preparados para o desempenho dos cargos públicos". A constante mudança nas estruturas económico-sociais dava origem "à necessidade imperiosa de criar novos quadros de tipo técnico, que pudessem subsistir perante a transformação da vida social, altamente perturbada com a consequente desvalorização dos bens fundiários"³⁴. A necessidade de prover os

³² MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p. 673-994.

³³ Foram eles: Diogo da Cunha e Diogo da Silva (MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p. 796-797 e 949-951).

³⁴ MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p.12, 13.

bolseiros de formação idêntica à dos seus pais, levou mesmo a que D. Afonso V beneficiasse vários filhos de um mesmo súbdito. O caso da prole do Dr. Rui Gomes de Alvarenga é exemplar a este propósito: os seus filhos Fernão de Melo ³⁵ ? Afonso Rodrigues de Melo ³⁶ e Lopo Soares de Melo ³⁷ foram agraciados com bolsas. Contudo, na maioria destes casos são apenas dois os irmãos favorecidos pelo rei ³⁸.

Ao longo do seu estudo, Baquero Moreno, traçou resumidas biografias pré e pós-universitárias de 25 bolseiros do rei Africano, tidos como mais destacados ³⁹. Através dessa apresentação ficamos a conhecer, *grosso modo*, as suas *saídas profissionais*, ou seja, as possíveis funções para as quais a Universidade portuguesa dava preparação. No entanto, devemos-nos questionar se haveria, efectivamente, formação académica específica para determinadas carreiras. A imagem que prevalece é a de que não existe, na maioria dos casos, uma relação linear entre o percurso académico e a ocupação *profissional* futura. Seja como for, o conjunto de bolseiros estudados fez sobressair três grandes rumos: carreira militar, magistratura e administração da Corte e vida eclesiástica. Alguns alunos, no entanto, tendo iniciado a carreira comum destino preciso, acabaram, mercê de vicissitudes diversas, por mudar. Os casos mais frequentes foram os daqueles que se prepararam para exercer funções administrativas mas que, pelos seus feitos militares (especialmente nas guerras no Norte de África e em Castela ⁴⁰) acabaram por seguir a carreira das armas. No entanto, estes destinos tiveram por detrás determinadas opções, como universidades e cursos mais adequados a frequentar. Sabemos que alguns moços que começaram os seus estudos no reino, viajaram mais tarde para universidades estrangeiras, como, por exemplo, Bolonha, Siena e Pisa, no intuito de completar as suas formações.

Resta dizer, por último, que D. Afonso V se serviu de outros expedientes para sustentar a sua política de concessão de bolsas de estudo: "Com efeito, muitas questões levadas à presença do Rei eram resolvidas mediante o pagamento de certas quantias destinadas a estudantes" ⁴¹. Foi o caso de Fr. Pedro, a quem D. Afonso V mandou pagar 800 reais, a 28 de Dezembro de 1463, a fim de poder ir estudar para Inglaterra ⁴², e o de Fr. Afonso Machado, que recebeu 400 reais a 29 de Setembro de 1464, quando estudava no Estudo Geral de Coimbra ⁴³.

³⁵ *Chartularium UniversitatisPortugalensis...*, vol. VI, 2017, p.249-250.

³⁶ *idem*, vol. VI, 2018, p.250.

³⁷ *idem*, vol. VI, 2200, p.430.

³⁸ Pêro e Diogo da Silva, filhos de João Gomes da Silva (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. V, 1513, p.153), e Luís e Afonso de Albuquerque, filhos de Gonçalo de Albuquerque (*Idem*, vol. VII, 2430, p.95-96, 2471, p.132), entre outros exemplos.

³⁹ São eles: António do Sem, Diogo da Silva, João Pestana, Álvaro Teixeira, João Teixeira, Rodrigo Pais, Pêro Pais, João Rodrigues Pais, Rui de Castro, Rui Lopes Coutinho, Rui Vaz Pereira, Luís de Pedrosa, Pêro de Refoios, Afonso de Albuquerque, Fernão de Melo, Afonso Rodrigues de Melo, Lopo Soares de Melo, João Rodrigues, Martim Gomes, Pedro Faleiro, Rui Boto, Gonçalo Mendes, Vasco de Miranda, Fernão Gonçalves de Miranda e Jorge de Almeida (MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p. 13-25).

⁴⁰ É o caso, por exemplo, de António do Sem, de Álvaro Teixeira, de Rui Vaz Pereira, de Rodrigo e de Pêro Pais, de Rui de Castro, de Luís de Pedrosa e de Pêro de Refoios (MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*, p. 13-20).

⁴¹ *Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VI, p.IX.

⁴² *Idem*, vol. VI, 2067, p.303-304.

⁴³ *Idem*, vol. VI, 2080, p.315-316.

Conclusão

Os dados apresentados neste trabalho abrem várias possibilidades de investigação e análise. Tentámos, através desta breve abordagem, alargar a base documental que sustenta as hipóteses interpretativas desenvolvidas em função das muitas questões levantadas. Uma circunstância deverá ser sempre sublinhada: a falta de vários livros da Chancelaria de D. Afonso V, que, como se compreende, constituem uma fonte maior para o estudo do tema, será sempre um obstáculo difícil de ultrapassar, mesmo tendo em conta a existência de outros acervos documentais com dados significativos.

A diminuição do número de bolseiros a partir de 1474 e das quantias distribuídas deve relacionar-se com a debilidade financeira resultante das guerras com Castela, dos anos de crise cerealífera, de fome e de peste. Mas, apesar de todas as dificuldades, o monarca nunca deixou, por completo, de conceder bolsas, devido não só à vontade de agraciar os seus mais respeitados súbditos, mas também pela consciência da necessidade de criar quadros técnicos preparados para a transformação social que despontava. Neste sentido, as bolsas de estudo assumem a sua particular faceta de *benefícios* que, integrados no vasto leque de privilégios concedidos pela coroa, permitiam ao rei assegurar-se da lealdade e dos serviços dos seus vassalos.

Porém, as bolsas "pêra o Estudo" concedidas por D. Afonso V constituem, também, uma benesse que está na raiz do que ainda hoje é um auxílio precioso para muitos estudantes. O seu estudo evolutivo contribuirá, seguramente, para a caracterização do modelo educativo ao longo da história da Universidade em Portugal e permitirá estabelecer a sua ligação, mais ou menos estreita, ao poder central.

Anexo Quadro 3 *

Data	Nome do bolsheiro	Nome do pai do bolsheiro, categoria social e profissão	Valor da bolsa	Fonte
1450-Abril-1	António do Sem	Dr. João do Sem, chanceler-mor dos reis D. Duarte e D. Afonso V e membro do conselho do rei	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1508,p.148; Moreno, 1970, p.30
1450-Abril-1	Álvaro Sapata	Martim Sapata, tesoureiro-mor de D. Afonso V	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1509,p.149; Moreno, 1970, p.30
1450-Abril-1	João Lobato	Dr. Pedro Lobato	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1510,p.150
1450-Abril-1	João Vaz Pessanha	João Vasques, cavaleiro e secretário de D. Afonso V	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1511, p. 150-151 ;Moreno, 1970,p.30
1450-Abril-16	Pêro da Silva	João Gomes da Silva, senhor das terras de Vagos e de Unhão e alferes-mor de D. João I	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1513,p.153; Moreno, 1970, p.30
1450-Abril-16	Diogo da Silva	João Gomes da Silva, senhor das terras de Vagos e de Unhão e alferes-mor de D. João I	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1513,p.153; Moreno, 1970, p.30
1450-Junho-8	Álvaro Teixeira	João Teixeira, cavaleiro da casa do rei e almoxarife da portagem de Lisboa	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1523,p.164; Moreno, 1970, p.30
1450-Junho-12	Rui Vaz Pereira	Rui Vasques Pereira, cavaleiro da casa do rei	9 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1530,p.171; Moreno, 1970, p.30
1450-Junh-12	Nuno Martins ¹	Mestre Manuel Martinho, físico	2 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1535,p.175
1450-Julho-1	Afonso Pires	Pedro Afonso, escrivão da fazenda do rei	2 400 reais	C.U.P.,vol.V, 1537,p.177; Moreno, 1970, p.31
1450-Julho-10	Rui de Sampaio	Amadis Vasques de Sampaio, juiz da alfândega de Lisboa e cavaleiro da casa do rei	5 143 reais	C.U.P.,vol.V, 1541,p.180; Moreno, 1970, p.31
1450-Julho-11	Afonso	Gabriel Gonçalves, almoxarife do Porto	3 685 reais	C.U.P.,vol.V, 1542,p.181; Moreno, 1970, p.31
1450-Julho-25	Nuno Gonçalves	João Gonçalves, tesoureiro-mor de D. Duarte	2 880 reais	C.U.P.,vol.V, 1544,p.183
1450-Agosto-7	Pedro Meneses	D. Duarte de Meneses	8 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1545,p.184
1450-Setembro-5	Rodrigo Pais	Paio Rodrigues, cavaleiro da casa do rei e contador-mor dos contos de Lisboa	5 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1553,p.194; Moreno, 1970, p.31
1450-Setembro-5	Pêro Pais	Paio Rodrigues, cavaleiro da casa do rei e contador-mor dos contos de Lisboa	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1553,p.194; Moreno, 1970, p.31
1450-Outubro-6	Abraão	Mestre Guedelha, físico do rei	3 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1560,p.201; Moreno, 1970, p.31
1450-Novembro-12	Rui Lopes Coutinho	Lopo Afonso, secretário e escrivão da puridade durante a regência do Infante D. Pedro e membro do conselho de D. Afonso V (Filipa Coutinho, mãe)	5 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1564,p.204; Moreno,1970, p.31
1451-Março-22	Rui de Castro	D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do rei, seu camareiro-mor e conde de Monsanto	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1584,p.221; Moreno, 1970, p.31
1451-Março-28	Vasco de Miranda	Martim Afonso de Miranda, rico-homem, do conselho do rei e senhor de Patameira	7 200 reais	C.U.P.,vol.V, 1586,p.222; Moreno, 1970, p.31
1451-Abril-8	João Rodrigues	Dr. Rui Fernandes, jurista, do conselho do rei	5 140 reais	C.U.P.,vol.V, 1588, p.223-224;Moreno, 1970,p.32

Na coluna **Fonte** foram utilizadas as seguintes siglas e abreviatura:

C.U.P. = *Chartularium Universitatis Portugalensis...*

Moreno, 1970 = MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Um aspecto da política cultural...*

R.D. = FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*

¹ Este bolsheiro aparece igualmente registado no "Título dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa de 4 000 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.95).

1451-Abril-10	Álvaro Fernandes	Dr. Rui Fernandes, jurista, do conselho do rei	5 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1589,p.224
1451-Abril-20	Arpim Borges	-----	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1590,p.225; Moreno, 1970, p.32
1451-Maio-31	João Rodrigues da Costa	Rui Galvão, secretário e cavaleiro da casa do rei	5 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1598,p.232; Moreno, 1970, p.32
1451-Julho-29	João	Dr. Luís Martins, jurista, do desembargo do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1606,p.239; Moreno, 1970, p.32
1452-Abril-4	Duarte	Luís Afonso, amo do Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V e seu colaço	3 530 reais	C.U.P.,vol.V, 1634,p.264-265; Moreno, 1970,p.32
1452-Abril-12	João Rodrigues Pais	Paio Rodrigues, cavaleiro da casa do rei e contador-mor dos contos de Lisboa	4 500 reais	C.U.P.,vol.V, 1635,p.265; Moreno, 1970, p.32
1452-Abril-13	Gonçalo Dias Lobo	Diogo Gonçalves Lobo, corregedor de Lisboa	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1636,p.266
1452-Abril-14	Gonçalo de Gois ²	(Diogo Gois, irmão)	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1638,p.269
1452-Abril-24	Fernando	Mestre Martinho Vilarinho, físico do Infante D. Pedro e da rainha D ^a . Isabel	4 000 reais	Moreno,1970, p.32
1452-Setembro-15	João de Meneses	D. Fernando de Meneses, conselheiro do rei e cavaleiro-fidalgo	6 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1684,p.326; Moreno, 1970, p.32
1453-Abril-18	Martim Gomes ³	Dr. Pêro Esteves, jurista, criado do duque de Bragança	1 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1703,p.344; Moreno,1970, p.33
1453-Junho-13	Diogo da Cunha	Fernão de Sá, cavaleiro-fidalgo, alcaide do Porto	14 400 reais	C.U.P.,vol.V, 1708, p.349--350; Moreno, 1970,p.33
1454-Março-22	João Teixeira Correão ⁴	Gonçalo Teixeira, cavaleiro da casa do rei e almoxarife da portagem de Lisboa	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1727,p.373; Moreno, 1970, p.33
1455-Maio-23	João Garcia		3 000 reais	C.U.P.,vol.V, 1759, p.403--404; Moreno, 1970,p.33
1455-Julho-21	João Pacheco	Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor	4 800 reais	C.U.P.,vol.V, 1770,p.413
1458-Dezembro-4	Luís de Pedrosa	Diogo Pedrosa, cavaleiro da casa do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 1868,p.97; Moreno, 1970, p.33
1459-Março-14	Fernão Gonçalves de Miranda	Fernão Gonçalves de Miranda, do conselho do rei, rico-homem	5 000 reais	C.U.P.,vol.VI, 1883, p.108; Moreno, 1970, p.33
1462-Março-10	Pêro de Refoios		3 000 reais	C.U.P.,vol.VI, 1990,p.226; Moreno, 1970, p.33
1463-Janeiro-24	Fernão de Melo	Dr. Rui Gomes de Alvarenga, conde palatino, do conselho do rei, presidente da Casa da Suplicação	5 400 reais	C.U.P.,vol.VI, 2017, p.249--250; Moreno, 1970,p.33
1463-Janeiro-25	Afonso Rodrigues de Melo ⁵	Dr. Rui Gomes de Alvarenga, conde palatino, do conselho do rei, presidente da Casa da Suplicação	5 400 reais	C.U.P.,vol.VI, 2018,p.250; Moreno, 1970, p.33
1463-Março-24	Pedro Álvares de Lima de Souto Maior	D. Leonel de Lima, do conselho do rei, fidalgo, visconde de Vila Nova de Cerveira	7 200 reais	C.U.P.,vol.VI, 2028,p.261; Moreno, 1970, p.33
1463-Abril-30	Pêro Soares Faleiro ⁶	Dr. Pedro Faleiro, do desembargo do rei, jurista, chanceler da Casa do Cível de Lisboa	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2033,p.266; Moreno, 1970, p.34

² Este bolseiro aparece igualmente registado no "Título dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.95).

³ Este bolseiro recebeu uma nova bolsa no valor de 6 000 reais, em 13 de Fevereiro de 1466 (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VI, 2134, p.368-369). Aparece igualmente registado no "Título dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.93).

⁴ Este bolseiro aparece igualmente registado no "Título dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa de 6 000 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.94).

⁵ Este bolseiro recebeu uma nova bolsa no valor de 7 000 reais, em 18 de Janeiro de 1469 (*Chartularium Universitatis Portugalensis...*, vol. VI, 2247, p.474). Aparece igualmente registado no "Título dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.95).

⁶ Ver nota 2.

1464-Junho-8	Pêro Vaz	Gonçalo Vaz Pinto, cavaleiro	4 826 reais	C.U.P.,vol.VI, 2072,p.307
1464-Julho-24	Henrique de Macedo	Diogo Gonçalves de Macedo, cavaleiro-fidalgo	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2076,p.311; Moreno,1970, p.34
1465-Maio-28	Rui Boto ⁷	Martim Esteves	4 000 reais	C.U.P.,vol.VI, 2101,p.333; Moreno,1970, p.34
1466-Janeiro-20	Jorge de Almada (Almeida) ⁸	D. Lopo de Almada, do conselho do rei, vedor da fazenda, fidalgo, conde de Abrantes	7 200 reais	C.U.P.,vol.VI, 2131,p.363; Moreno,1970, p.34
1466-Março-20	Gonçalo Figueira ⁹	Rui Figueira, cavaleiro e alcaide de Lisboa	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2140,p.372; Moreno,1970, p.34
1467-Outubro-3	Filipe ¹⁰	João de Lisboa, escrivão da alfândega da Câmara de Lisboa	3 530 reais	C.U.P.,vol.VI, 2191, p.422-423;Moreno, 1970, p.34
1468-Janeiro-22	Lopo Soares de Melo ¹¹	Dr. Rui Gomes de Alvarenga, conde palatino, do conselho do rei, presidente da Casa da Suplicação	5 400 reais	C.U.P.,vol.VI, 2200,p.430; Moreno,1970, p.34
1468-Novembro-30	João de Lucena	Dr. Mestre Rodrigo de Lucena, físico-mor de D. João II	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2240,p.469; Moreno, 1970, p.34
1469-Março-8	Gonçalo Mendes	Pêro Coimbra, sobrejuiz na Casa do Cível de Lisboa	4 356 reais	C.U.P.,vol.VI, 2254,p.479; Moreno,1970, p.35
1469-Março-8	Gil Anes ¹²	Pedro Anes, boticário	3 600 reais	C.U.P.,vol.VI, 2255,p.480
1469-Março-16	João de Bairos ¹³	Diogo de Bairos, cavaleiro da casa do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.VI, 2257,p.481--482;Moreno, 1970,p.35
1470-Março-17	Rui Nogueira ¹⁴	Afonso Nogueira, fidalgo da casa do rei	5 000 reais	C.U.P.,vol.VI, 2307,p.535; Moreno, 1970, p.35
1471-Março-20	D. Henrique Coutinho	D. Fernando Coutinho, marechal	7 300 reais	C.U.P.,vol.VII, 2340,p.12
1471-Março-20	Aires Gomes ¹⁵	Gomes Martins de Lemos, cavaleiro-fidalgo da casa do rei	7 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2341,p.13; Moreno,1970, p.35
1471-Março-20	Francisco de Azevedo ¹⁶	Gonçalo Gomes de Azevedo, fidalgo da casa do rei e membro do seu conselho	6 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2342,p.13-14; Moreno, 1970, p.35
1471-Março-21	João ¹⁷	Dr. Álvaro (Diogo) Pires, corregedor na corte	5 000 reais	C.U.R.,vol.VII, 2344,p.15
1472-Abril-29	João Pestana ¹⁸	Duarte Pestana, fidalgo da casa do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.VII, 2428,p.94; Moreno,1970, p.35
1472-Maio-2	Luís de Albuquerque	Gonçalo de Albuquerque, membro do conselho do rei, fidalgo, senhor de Vila-verde de Francos	6 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2430,p.95-96; Moreno, 1970, p.35
1472-Maio-13	Tristão Fogaça ¹⁹	Diogo Fogaça, fidalgo da casa do rei, al-moxarife da alfândega de Lisboa e senhor de Aveiras de Fundo	5 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2432,p.97; Moreno, 1970, p.35
1472-Maio-18	Álvaro de Freitas	João de Freitas, cavaleiro morador em Coimbra	3 530 reais	C.U.P.vol.VII, 2433,p.98

⁷ Ver nota 2.

⁸ Este bolseiro aparece igualmente registado no "Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa de 7300 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.94).

⁹ Este bolseiro aparece igualmente registado no "Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.94).

¹⁰ Ver nota anterior.

¹¹ Este bolseiro recebeu uma nova bolsa no valor de 7 000 reais, em 18 de Janeiro de 1469 (*Cbartularium UniversitatisPortugalensis...*, vol. VI, 2246, p.473).

¹² Ver nota 2.

¹³ Este bolseiro aparece igualmente registado no "Titulo dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa do mesmo valor (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.96).

¹⁴ Ver nota 9.

¹⁵ Ver nota 9.

¹⁶ Ver nota 9-

¹⁷ Ver nota 13.

¹⁸ Ver nota 2.

¹⁹ Ver nota 9.

1472-Maio-18	Álvaro do Quintal ²⁰	Luís Eanes, deão da capela do rei	3 530 reais	C.U.P.,vol.VII, 2434,p.98-99; Moreno, 1970, p.35
1472-Maio-19	Garcia Rodrigues ²¹	Colaço de D. ^a Isabel, duquesa de Guimarães, sobrinha do rei	3 530 reais	C.U.P.,vol.VII, 2435,p.99
1472-Dezembro-29	Duarte ²²	Gil Eanes, cavaleiro da casa do rei	4 800 reais	C.U.P.,vol.VII, 2470,p.131; Moreno, 1970, p.35
1472-Dezembro-29	Afonso de Albuquerque ²³	Gonçalo de Albuquerque, membro do conselho do rei, fidalgo, senhor de Vila-verde de Francos	6 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2471,p.132; Moreno, 1970, p.35
1473	Afonso	Gomes Anes Quaresma	4 000 reais	R.D., p.94
1473	Aires Botelho	Afonso Botelho	7 500 reais	R.D., p.93
1473	D. Diogo Coutinho	Conde de Marialva ²⁴	8 000 reais	R.D.,p.94
1473	Diogo de Évora	Gabriel de Évora	4 800 reais	R.D., p.95
1473	Diogo de Sousa	João Rodrigues Ribeiro ²⁵	7 000 reais	R.D., p.94
1473	Diogo Sodré	João Sodré, almoxarife do armazém de Lisboa	4 800 reais	R.D., p.94
1473	Estêvão de Castro	Álvaro de Castro	5 000 reais	R.D., p.95
1473	Francisco de Pedrosa	Diogo de Pedrosa ²⁶	4 800 reais	R.D., p.95
1473	Gonçalo Pereira	João Rodrigues Pereira ²⁷	4 500 reais	R.D., p.94
1473	Jerónimo João Lopes	Dr. Lopo Gonçalves, doutor em leis, jurista e juiz dos feitos	4 800 reais	R.D., p.94
1473	João	Dr. Manuel Rodrigo	4 800 reais	R.D.,p.95
1473	João Correia	Francisco Paio	4 800 reais	R.D.,p.96
1473	João da Silveira	Barão (D. João da Silveira) ²⁸	7 000 reais	R.D.,p.96
1473	Lopo Darca	Dr. Gonçalo Garcia	4 800 reais	R.D.,p.95
1473	Luís Teixeira	(Dr. João Teixeira, irmão)	5 000 reais	R.D.,p.95
1473	Mem Rodrigues	Manuel Rodrigo Rodrigues	4 580 reais	R.D.,p.94
1473	Rui de Aldanha	Vicente Martins	4 300 reais	R.D.,p.95
1473	Tomás	Mestre Manuel Martinho, físico	2 000 reais	R.D.,p.95
1475-Março-19	Afonso de Morais ²⁹	Dr. Mestre Nicolau Estêvão, físico do rei	4 000 reais	C.U.P.,vol.VII, 2600,p.275; Moreno, 1970, p.35

²⁰ Este bolseiro aparece igualmente registado no "Título dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa de 4 053 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.94).

²¹ Este bolseiro aparece igualmente registado no "Título dos mantimentos dos moços que estão no estudo", de 1473, com uma bolsa de 4 500 reais (FARO, Jorge, *Receitas e Despesas...*, p.96).

²² Ver nota 2.

²³ Ver nota 9.

²⁴ Trata-se de D. Gonçalo Vaz Coutinho, 2.^o conde de Marialva, que faleceu em 1464 (MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p.784-788).

²⁵ Trata-se de João Rodrigues de Vasconcelos e Ribeiro, fidalgo da casa real (Idem, *Ibiãem*, p.933-935).

²⁶ Muito provavelmente trata-se de um cavaleiro da casa real e vedor da casa da Infanta D.^a Leonor, irmã de D. Afonso V (Idem, *Ibidem*, p. 136-137, nota 109).

²⁷ Trata-se de um fidalgo da casa e do conselho de D. Afonso V (Idem, *Ibidem*, p.,925-927).

²⁸ Trata-se do 1.^o barão do Alvito.

²⁹ Ver nota 2.